

LIÇÕES DA CRISE III

Bety Costa  
fotos Alf Ribeiro



# O fardo do passado

O aspecto mais central da crise é o antecedente histórico de dívidas jamais pagas

**A** crise crônica é o traço distintivo fundamental da agropecuária brasileira, que prosperou sem justiça social, sem seguro de renda, sem políticas de longo prazo e sem medidas de controle de preços e mercados. Equívocos de tal calibre conduziram o campo ao maior impasse de sua história, com dívidas financeiras e sociais impagáveis.

A dívida rural de R\$ 85 bilhões equivale a 58% do PIB do setor. Desse montante, R\$ 37 bilhões foram custeados pelo Tesouro Nacional nos

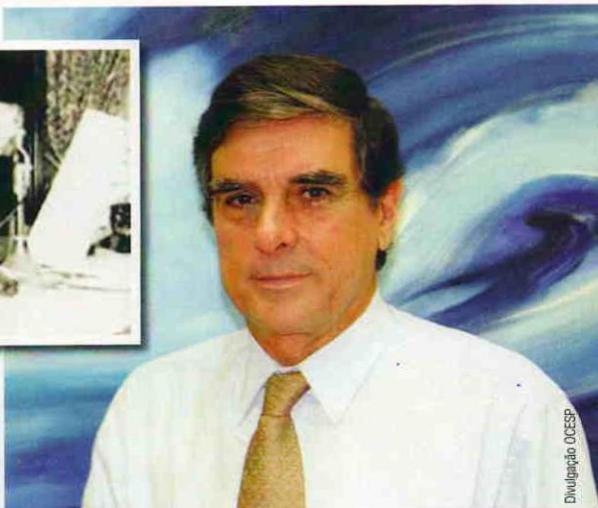
anos 1970 e integram o estoque da dívida pública de R\$ 1 trilhão. Com dinheiro público ou privado, ou ambos, quase um milhão de fazendeiros se modernizaram e multiplicaram por dez a renda bruta, nos últimos 30 anos. Nesse período, quatro milhões deles, segundo avaliações de Francisco Graziano e José Eli da Veiga, da Universidade de São Paulo, foram deixados para trás. São os pobres com terra no campo. Vivem na área rural, mas nem de longe participam da riqueza do agronegócio.

É preciso olhar com honestidade

para os precedentes históricos desta crise crônica no atacado, aguda no varejo e prorrogada pelo quarto ano consecutivo. "O governo tem de mudar a maneira de encarar a agricultura", escreve Evaristo Machado Netto, diretor da Carol, maior cooperativa de grãos do estado de São Paulo. Conquanto a história não se repita, a ideologia dos planejamentos econômicos sempre designou à produção rural um lugar secundário. Mudam os tempos, não os discursos. "A agricultura não pode ser relegada à condição de vaca leiteira para financiar a



Seis décadas separam Gudín e Machado Netto, e a diversidade do campo jamais esteve no cerne das políticas econômicas



Divulgação OCSF

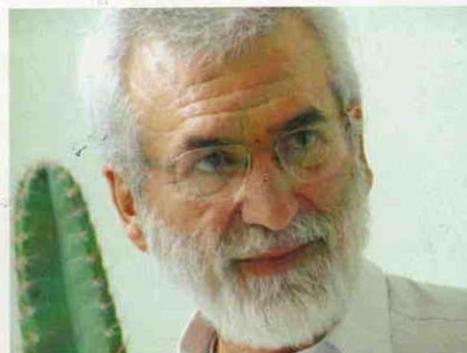
negócio, com a invasão de produtos importados favorecida pela abertura de mercado e o dólar barato.

Entre a famosa frase de Gudín e a de Evaristo Machado Netto, separadas por mais de seis décadas de história, a diversidade do campo jamais esteve no cerne das políticas econômicas. Há quem entenda que o setor sofre até hoje com o modelo Vargas: esvaziar a agricultura e investir na indústria. "Fernando Henrique Cardoso disse que a era getulista estava terminando; Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, e Yoshiaki Nakano, da Fundação Getúlio Vargas, insistiram em dizer que continua viva", diz Fernando Curi Peres, professor titular de Economia, aposentado pela Esalq/USP, estudioso dos anos 1930 e da transferência de renda. "A massa de excluídos foi o que restou de décadas de extração violenta de capitais da agricultura".

Com moeda estrangeira barata, Getúlio estimulou a importação de máquinas e reduziu a receita das exportações. "Esta tem sido a forma mais eficiente de arrancar dinheiro da agropecuária e financiar a indústria", diz Fernando Peres. Para José Sidney Gonçalves, do Instituto de Economia Agrícola (IEA) de São Paulo, entretanto, a questão é outra: "Hoje a transferência de renda é do campo para o sistema financeiro".

Como em todo o mundo capitalista, a agropecuária cresceu de maneira exorbitante, concentrou terras e

renda, e expulsou muita gente para as cidades. Mas o que a diferencia de outros países capitalistas, onde a agricultura também financiou o desenvolvimento, é que em nenhum deles o meio rural evoluiu tão desigualmente como no Brasil. Com ilhas de excelência em um mar de atraso e miséria, a terceira maior potência agrícola do mundo sequer formou uma vasta e próspera classe média rural, como na invejável Argentina. Também não resolveu problemas seculares, de doenças, por exemplo, e de agregação de valor, entre outros. Mais grave ainda: em seu conjunto de unidades produtivas, de diversos portes e tamanhos, o campo jamais foi prioridade nas políticas econômicas dos últimos 70 anos. Não bastasse isso, persiste até os dias atuais o mesmo velho preconceito contra o meio rural, ainda visto como atrasado.



Fernando Curi Peres: "Uma massa de excluídos foi o que restou de décadas de extração violenta de capitais da agricultura"

industrialização", defendia o economista Eugênio Gudín, em 1944, em uma célebre polêmica com Roberto Simonsen, relatada por Roberto Campos em *A Lanterna na Popa*.

Sessenta anos depois, em 2004, num evento da BM &F, em Campos de Jordão, SP, Fernando Henrique Cardoso parecia fazer eco à polêmica dos economistas Gudín e Simonsen. Afirmou o ex-presidente que a supervalorização do real, entre 1994 e 1998, possibilitara a atualização tecnológica da indústria nacional, não obstante a perda de renda do agro-

### Políticas discriminatórias

De JK aos anos 1970, a agricultura continuou relegada a um segundo plano



Em 18 de novembro de 1959, o presidente Kubitschek inaugurava a fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo, SP



Visita Oficial de S. Excelência o Presidente da República à  
**VOLKSWAGEN DO BRASIL S. A.**

No dia 18 de Novembro de 1959

Como se penaliza um setor por tanto tempo, tão pesadamente e sem reação? Através principalmente da cristalização da cultura do privilégio. Enquanto os mais pobres passaram a considerar legítimo não ter nenhum direito, em contrapartida, subsídios e serviços do Estado beneficiaram crescentemente os grupos de sustentação dos governos – as oligarquias no sentido clássico. Esse atraso político só foi ameaçado de extinção em meados da década de 1980, quando o país se tornou uma democracia de massa.

Políticas discriminatórias permearam durante décadas a cena brasileira. Juscelino Kubitschek elegeu-se, em 1956, pela coalizão entre o PSD e o PTB de Vargas. A agricultura continuou relegada, daquela vez, pelo Plano de Metas de JK. Apoiado pelo PSD, que representava os interesses dos grandes proprietários de terras, Juscelino soube compensar os latifundiários. Comprometeu-se em não tocar nas relações de produção no campo. Ou seja, não fez a reforma agrária. Duplicou a distribuição

de subsídios para insumos agrícolas, que chegou a 10% em 1960. Ainda assim insignificantes diante dos aportes financeiros às demais atividades econômicas.

O presidente bôssa-nova do Brasil que Jean Paul Sartre então visitara, diria que o país “não era um produtor de bens primários por vocação hereditária”. Nosso mandatário pé-de-vela tinha a intenção explícita de consolidar a industrialização do país. Realizou um ambicioso projeto de desenvolvimento com capital inflacionário.

O Plano de Metas destinou ao setor rural apenas 3,2% dos recursos. Deu prioridade aos investimentos indiretos em infra-estrutura (estradas, armazéns e silos) e à aquisição de máquinas agrícolas e fertilizantes. Assim, incorporaram-se novas áreas agricultáveis do Mato Grosso, Goiás e Paraná. Entre 1957 e 1960, foram gastos quase 100 milhões de dólares na importação de tratores. Uma gota no oceano: em 1960 ainda havia apenas um trator para cada 261 hectares cultivados

ou para cada 22 propriedades rurais da região Sul, onde se concentrava o grosso das máquinas. Em contraste com a rápida expansão das indústrias automobilística e de máquinas de costura e de lavar nacionais, demorou muito a arrancada da fabricação de maquinário agrícola, segundo Celso Lafer.

A partir de 1956 entraram 248 milhões de dólares em investimentos nos mais diversos setores, de máquinas e automóveis a farmacêutico, siderúrgico, metalúrgico e químico. Uma política para a agricultura só surgiria na segunda metade dos anos 1960, durante o governo militar. Em 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural, mas não seria fácil a agricultura comercial decolar sem poupança interna. Era necessário muito dinheiro, que os bancos não queriam plantar na lavoura. Exigiam garantias e um fiador à altura (o governo). Até hoje, um ex-ministro daqueles anos de chumbo comenta que a agricultura foi deixada na mão pelos banqueiros, príncipes da economia nacional.

## Chapéu em Delfim

Nos anos 1970 os bancos privados não atendiam os produtores. Ainda era difícil comprar uma máquina agrícola

**E**m 1970, um ex-professor de Economia da USP – ex-office boy de trajetória estonteante – conseguiu formar no meio acadêmico uma escola em torno de suas idéias. Antônio Delfim Netto era o ministro da Fazenda do governo autoritário de Médici, uma época em que as políticas de crédito rural subsidiado e preço mínimo não deslanchavam. O sistema bancário não atendia aos pedidos de empréstimo dos produtores para financiar a lavoura e a compra de tratores, implementos e fertilizantes.

Os bancos privados haviam suspenso as operações de desconto, preferindo encaminhar os produtores para as agências de investimentos ou financeiras, que cobravam juros exorbitantes, à época, de 3% a 4% ao mês. Agricultores estavam sendo obrigados a pagar uma taxa de juros aplicada ao financiamento de automóveis para a aquisição de tratores, já que tinham de recorrer às financeiras. O Banco do Brasil então aumentou o limite operacional do desconto de duplicatas como única condição para superar a crise do setor.

Depois de muita negociação com os bancos e viagens às regiões agrícolas, ao lado de Cirne Lima, ministro da Agricultura, para ouvir os agricultores, o ministro Delfim Netto deixou escapar: "Os banqueiros preferem fechar agências no interior e abrir palácios de cristal na avenida Paulista, para construir uma Wall Street subdesenvolvida".

"A longo prazo, os banqueiros estão perdidos, pois querem a privatização, mas fazem a sociedade exigir a estatização. Ao se negarem a abrir novas agências no interior, na realidade estão se lançando contra a sociedade", disse Delfim Netto, acertando no longo prazo. Os bancos exigiram a socialização do prejuízo: 18% do crédito para a agricultura, nos anos 1970, foram financiados pelo Tesouro Nacional através do Banco do Brasil. Em

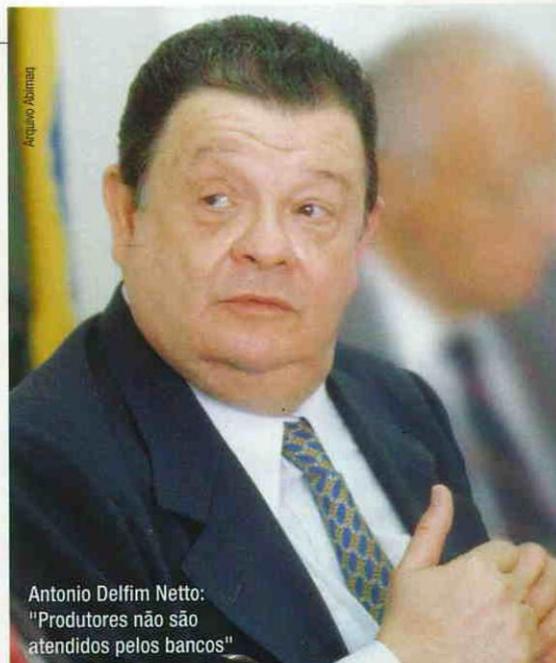
valores atuais, R\$ 37 bilhões jamais foram pagos. Delfim tinha razão: os bancos privados lançaram-se contra a sociedade. E deixaram o ministro de chapéu na mão.

O universo rural, entre 1965 e 1970, constituía-se de cerca de 6 milhões de agropecuaristas, mas somente de 350 mil a 400 mil tiveram seus cadastros aprovados pelos bancos. A imensa maioria, portanto, ficou de fora do crédito subsidiado e também da política de preços mínimos. Os selecionados pelo sistema bancário tiveram cacife para prosperar, ainda mais com a tecnologia que viria a ser gerada pela Embrapa a partir de 1973.

Não por acaso os centros de pesquisa da Embrapa foram concebidos em unidades de produto: com vistas aos grandes portes de produção da monocultura, que já se impunha consoante o novo e devastador pacote tecnológico. Um modelo que hoje se esgota diante da crise fiscal, que eliminou polpudos subsídios.

A moderna agricultura brasileira consolidou-se nos anos 70. Quando também teria início a escalada crescente de endividamento do setor. Muitos perderiam todo o patrimônio. Algumas famílias outrora abastadas tiveram a sorte de reconduzir confortavelmente suas vidas no meio urbano, como os Figueiredo Pupo, de Botucatu, SP, cuja história privada é quase o resumo de um século da agricultura brasileira. (ler box Trabalho, honra e perdas)

São processos invisíveis à opinião pública, que geralmente só toma conhecimento dos ricos do campo e dos sem-terra. Estes últimos são quase sempre confundidos com aqueles produtores rurais so-



Antonio Delfim Netto: "Produtores não são atendidos pelos bancos"

breviventes – os quatro milhões deixados para trás. Tampouco se fala que muitos antigos agricultores produtivos, endividados, juntaram-se aos que nunca tiveram acesso aos subsídios. Eles integram hoje a maioria absoluta dos produtores rurais que patinam há três décadas na sobrevivência.

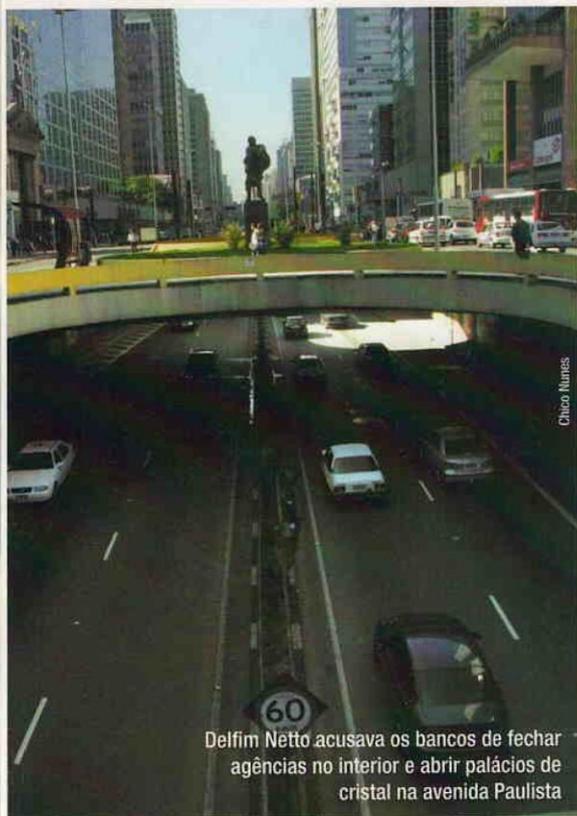
### Homens por máquinas

Delfim Netto abriu dois grandes créditos. Um deles, para a aquisição de moradias pelo sistema BNH, ala-

A expansão do Centro-Oeste exige máquinas, mas somente 400 mil produtores rurais tiveram seus cadastros aprovados pelos bancos



## LIÇÕES DA CRISE III



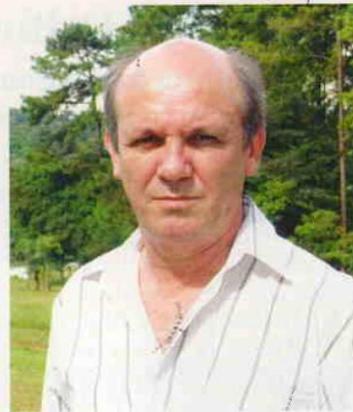
Delfim Netto acusava os bancos de fechar agências no interior e abrir palácios de cristal na avenida Paulista

vancou a construção civil. Assim, uma vasta camada da classe C, que não tinha casa, carro ou telefone, passou a integrar o grupo social emergente, na época, de pequenos proprietários. "Na verdade, foi o Delfim Neto quem criou a nova classe média brasileira", observa José Sidnei Gonçalves. Outro crédito foi para a construção da agroindústria de processamento, bens de capital, fertilizantes e máquinas agrícolas. "O crédito rural subsidiado foi, na verdade, o crédito ao consumidor do pacote tecnológico de insumos agrícolas".

Na mesma década aprofunda-se a transferência de renda através de mecanismos financeiros, que tiram recursos indiretamente dos trabalhadores (através do FGTS, PIS/Pasep, Cadernetas de Poupança, Fundo 157, Loteria Esportiva etc.) para financiar o magro capital nacional. Cerca de 80% dos recursos do PIS/Pasep foram transferidos para o BNDE utilizar como capital de giro das indústrias de base. Em 1978, o patrimônio do PIS/Pasep ultrapassava a 110 bilhões de cruzeiros – dinheiro que pertencia a 30 milhões de trabalhadores brasileiros.

Enquanto isso, a agricultura de escala foi ganhando espaço nas políticas econômicas. Em foco, a produção de grande porte (volumes elevados) e tamanho (extensas áreas). A burrice do demônio, no caso, tem sido desconsiderar que a agricultura de grande porte também pode ser obtida em pequenas áreas, como provam os novos cafezais adensados, estufas de hortaliças, fruticultura e outras espécies. Contudo, privilegiou-se tão somente a agricultura extensiva. Confira-se a opinião de Sidnei Gonçalves, do IEA: "Esse modelo de produzir muito a preços cadentes para manter baixo o custo de vida urbano, que se tornou realidade nos anos 1970 e mantém o atual controle da inflação, tem um preço: a exclusão social no campo e a urbanização da miséria. E miséria urbanizada sem oportunidades produz violência desenfreada. Esse modelo de mega-lavouras criou o PCC e o MST".

Peres cita uma reportagem do jornal O Estado de São Paulo, que, em 1998, comparava o mapa da



José Sidnei Gonçalves: "Foi Delfim quem criou a nova classe média brasileira"

cottonicultura paranaense em 1992 (ano da abertura de mercado do governo Collor) com o de luta pela posse de terras, em 1998. Os dois mapas se sobrepunha: as glebas cultivadas com algodão (assinaladas por pontos coloridos, de acordo com o volume) já não existiam mais em 1998 e tinham sido ocupadas por zonas de conflito. Estimativa: aproximadamente 600 mil pequenos cotonicultores foram alijados da produção entre 1992 e 1998, no Paraná, vítimas que foram das políticas econômicas. Na mesma época, acrescenta o pesquisador do IEA, 65 mil paulistas e paranaenses e mais 250 mil trabalhadores nordestinos também perderam seus empregos nas lavouras de algodão mocó, devastadas pela praga do bicudo.

### QUEM PAGA A CONTA

"Todos os recursos das fontes oficiais implicam equalização, portanto, colocação de mais dinheiro público, o que não acontece com o crédito de fontes privadas. Esta é a diferença entre a crise atual e as anteriores. No passado, os agropecuaristas deviam mais para o Tesouro do Estado (Banco do Brasil). O governo então renegociava e distribuía os benefícios (subsídios). Atualmente, dos R\$ 85 bilhões da dívida agrícola, apenas R\$ 37 bilhões podem sofrer interferência. O restante, R\$ 48 bilhões, são dívidas de contratos privados. O governo não pode interferir, a não ser que ele 'estatize' a dívida, como fez no ano passado. Um absurdo sem tamanho, porque seremos nós quem pagará essa conta" – José Sidnei Gonçalves, do IEA.

### FONTES DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA

#### Anos 1970:

- Recursos obrigatórios (depósitos à vista): 72%
- Dívida pública (Tesouro): 18%
- Base monetária (Banco Central) : 10%

#### Meados dos anos 1990:

- Recursos obrigatórios : 18,5%
- Poupança: 43%
- Outras fontes: 38,5%

#### Em 2000:

- Recursos obrigatórios: 52%
- Poupança: 14,5%
- FAT/BNDES: 13%
- Outras: 20,5%

#### 2005/2006:

##### Agricultores comerciais (83% do total):

- Recursos obrigatórios: 29%
- Poupança: 17%
- BNDES: 16%
- Outras: 38%

##### Pronaf (17% do total):

- Tesouro: 30% (inclusive Fundos Constitucionais)
- FAT: 43%
- Recursos obrigatórios: 21%
- Outras: 6%

Estimativas da dívida agrícola: R\$ 85 bilhões, ou cerca de 55% do PIB do setor.

(Fonte: CEPEA/Esalq/USP)

## Contradição brasileira

A paz no campo teria sido assegurada e o setor não seria tão desigual se políticas públicas tivessem recuperado a ocupação de milhares de lavradores excluídos

O caso do algodão é apenas um exemplo entre tantos ocorridos no campo, mas os danos de algumas medidas econômicas foram mais escancarados na cotonicultura que em outras lavouras. Para alguns, como Fernando Peres, da Esalq, esse modelo "reflete a visão anti-rural de proteger a indústria a qualquer custo".

A abertura indiscriminada do Plano Collor I internalizou os baixos preços internacionais subsidiados. A partir de 1992, os europeus passam a comprar tecidos brasileiros de baixíssimo valor comercial. Vem a quebradeira de fábricas em Americana, SP, e no Rio Grande do Sul. Criam-se barreiras à importação de tecidos. Em outubro de 1995, com a alta nos custos de produção e da taxas de juros e de custeio, que vinham desde o governo Itamar, o Ministério da Fazenda publica uma lista com mais de três mil produtos com alíquota de importação em 10%. O algodão, excepcionalmente, podia entrar no país com alíquota zero; assim a indústria fabricaria tecidos com custos competitivos.

Pior: o algodão podia ser importado com financiamento externo a juros de 4% a 6% ao ano e 420 dias para pagar. O empresário ganhava duas vezes: pelos juros baixos do capital de giro e pelos ganhos financeiros durante mais de 300 dias de aplicação do dinheiro das vendas. Com o algodão nacional vendido à vista, com juros reais de 35% a 40% ao ano, o país transformou-se de auto-suficiente em grande importador do produto. Os pequenos agricultores do Paraná, São Paulo, e de algumas regiões do Nordeste, foi para a rua, virou sem-terra ou sobrevive na miséria; sem opção, no agreste.

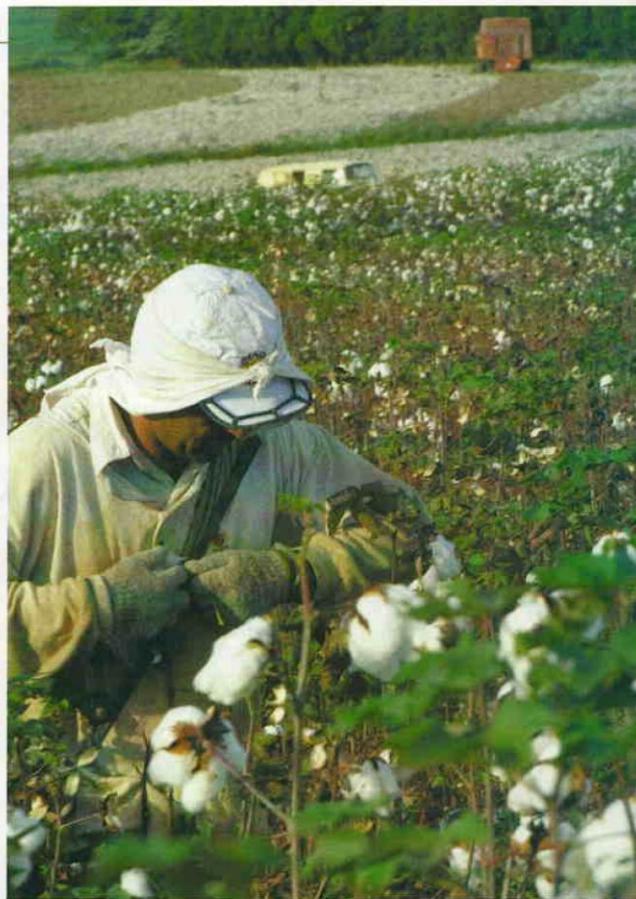
Argumenta-se que hoje o país é muito mais eficiente em algodão,

grãos, carne e outros alimentos obtidos em grandes áreas rurais, mas a paz no campo teria sido assegurada e o setor não seria tão desigual se políticas públicas tivessem recuperado a ocupação de milhares de lavradores excluídos. A terra lhes foi subtraída, mas não o direito ao trabalho. Uma lógica tão límpida quanto a que afirma ser o trator uma arma usada em tempos de paz.

A massa de excluídos sem-terra – ainda que, sabidamente, muitos deles não tenham nada a ver com produção rural; uma atividade que exige, no mínimo, aptidão – contudo, também carece de políticas públicas, tanto quanto os desvalidos urbanos, os sem-teto ou os do Bolsa Família. São brasileiros como quaisquer outros cidadãos.

A solução da crise no campo passa pela quitação dessas dívidas sociais. Sobre tudo em relação àqueles quatro milhões de pequenos proprietários rurais necessitados de políticas públicas e capacitação técnica. Desafortunadamente, a formação de capital humano jamais foi prioridade dos governos. Um sinal óbvio de descaso: no início dos anos 1990, desativou-se a Embrater, estatal que articulava o sistema Emater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), dedicado à transferência de tecnologia adaptada à pequena produção.

Essa indiferença paga um preço: a eclosão de grupos políticos organizados, com



O algodão foi a cultura que mais sofreu com as medidas econômicas

discurso antagônico à economia de mercado e de geração de empregos, que se apossam da miséria alheia, de instituições e propriedades privadas, numa espécie de fascismo à brasileira.

Você consegue imaginar o que seria da sua plantação sem a água na hora certa?



**feniCafé**  
2007

28, 29 e 30 de Março  
Pica-Pau Country Club  
Araguari - Minas Gerais



Os irmãos Ferreira Pupo, herdeiros do coronel José Ferreira Figueiredo

**Q**uando o MST invadiu a histórica Val de Palmas, a 10 quilômetros de Bauru, SP, sem saber, deslocou a última peça no xadrez histórico iniciado ainda na Primeira República, quando um garboso coronel da Guarda Nacional, José Ferreira Figueiredo, vindo não se sabe bem de que lugar de Minas Gerais, pisou pela primeira vez naquelas terras brancas do oeste paulista.

"Imagine a dificuldade de cultivar 500 mil pés de café, em 1895, naquele sertão bravio de arenito Bauru e habitado por bravos índios caingangues", comenta o historiador Trajano de Figueiredo Pupo, de Botucatu, SP, um dos bisnetos do coronel Figueiredo. Na virada do século, o intrépido varão chegou a plantar 2,3 milhões de pés de café em 12 mil alqueires de terras contínuas, entre Bauru e Duartina. Edições arquivadas do jornal A Cidade de Bauru se referem ao coronel Figueiredo como "o maior cafeicultor do mundo", naquele início do século XX.

A sede da fazenda, um casarão com 17 cômodos, foi mais importante que o município de Bauru, econômica e politicamente, recebendo empresários influentes e políticos. O próprio Getúlio Vargas hospedou-se na Val de Palmas, que chegou a ter 307 famílias de imigrantes. Um dos colonos da fazenda, Geremia Lunardelli, passaria um tempo por lá, antes de tentar a sorte em Jundiá, onde foi

## Trabalho, honra e perdas

A história dos herdeiros daquele que foi o maior produtor de café do mundo

bem-sucedido com a compra e venda de animais, um pequeno empreendimento que lhe deu fôlego para investir no café, na região de Ribeirão Preto e Olímpia, e para construir um império rural sob o lema "Trabalho e Honra".

Figueiredo e Lunardelli foram dois "reis do café" paulistas no início século passado. Há registros de que quando os Figueiredo iam a São Paulo, a ferrovia Noroeste acoplava um vagão reservado com garçons, baixelas e louças finas, especialmente para servir ao aristocrata e à sua família durante o trajeto.

Figueiredo manteve a Val de Palmas até 1923. Devendo a uma das Casas Comissárias, que financiaram a cafeicultura até 1929, o coronel transferiu a propriedade para o grupo Zerrenner Bullow & Cia., dono da Companhia Cafeeira de São Paulo e da Cervejaria Antártica. "Ele enfrentou muitas crises, até o momento em que o produto já não pagava mais nem a sacaria", diz Trajano. Mesmo entregando o latifúndio para honrar o débito, ainda assim continuou rico. Deixou a seus herdeiros mais sete fazendas produtivas no estado de São Paulo. Nenhuma delas resistiu à modernização da agricultura, com a alta violenta nos custos de produção, dependência crescente de capital financeiro e inflação que chegaria a galope.

"Acompanhei de perto o desfecho da Santa Rosa, que tinha 360 alqueires plantados com arroz, feijão, milho e algodão. Foi a última que vendemos para pagar dívidas bancárias no final dos anos 1970", conta o outro bisneto do coronel, Olavo de Figueiredo Pupo, professor de artes plásticas em Botucatu.

Dos descendentes do coronel Figueiredo, ninguém permaneceu na agricultura. O que restou da herança foi o amor atávico à vida no campo. Todos fizeram suas vidas como profissionais liberais, funcionários públicos, professores e artistas. Depois que passou para o controle



A sede da fazenda Val de Palmas

dos credores, a Val de Palmas manteve-se em atividade por mais três décadas. Tempos depois, foi novamente vendida e loteada. Uma parte foi doada ao Estado, que ali instalou o Instituto Penal Agrícola e duas penitenciárias. Restaram apenas 400 alqueires como propriedade particular. Quando os sem-terra a invadiram, foi como se os peões dessem o xeque-mate sobre o tabuleiro da história humana, em que tudo sempre desmorona – até mesmo o rei, a rainha, o bispo e a torre. **BR**



O que restou do terreno para secar café



O que resta da estação ferroviária construída dentro da Val de Palmas